

Diário de Notícias

http://dn.sapo.pt/2008/10/25/sociedade/estado_paga_euro_massagem.html

Estado só paga um euro por massagem

CARLA AGUIAR



Saúde. Os prestadores privados de saúde com acordos com o Estado são obrigados a praticar preços 50% abaixo dos cobrados por hospitais públicos para os mesmos actos médicos. Fisioterapia está em crise Enquanto esperam e desesperam pela revisão das convenções com o Serviço Nacional de Saúde, há prestadores privados a fechar portas devido aos baixos valores fixados nas tabelas e pagos pelo Estado. Um dos sectores mais vulneráveis, entre os que têm acordos com o Estado, é o dos centros de medicina física e de reabilitação, nos quais "o valor recebido, por exemplo, por uma massagem é de apenas um euro". A situação é denunciada ao DN pelo presidente da Federação Nacional dos Prestadores de Cuidados de Saúde, que não hesita em afirmar que "este sector está no limite das suas capacidades, havendo vários casos de pequenas empresas a fechar e a ceder quotas".

Reforçando a tese de que os valores pagos pelo Estado ao sector convencionado são muito baixos, Bruno Henriques sustenta que "cerca de 22 por cento dos actos médicos convencionados são pagos ao preço da correspondente taxa moderadora", o que diz ser insuficiente para cobrir os custos.

Outro exemplo no mesmo sentido pode encontrar-se comparando os valores pagos ao sector privado convencionado com aqueles que os hospitais públicos cobram aos subsistemas de saúde, verificando-se que, em muitos casos, estes são, contra todas as expectativas, mais altos.

Na área da cardiologia, por exemplo, uma prova de esforço é paga aos privados convencionados a um preço de 27,55 euros, enquanto o valor pago pelo Estado ao sector público é de 110,10 euros, ou seja, mais do dobro. Situação idêntica verifica-se com uma electrocardiograma dinâmico tipo Holter que o Estado fixa em 34,65 euros para os convencionados, enquanto os hospitais cobram 102 euros. Os exemplos sucedem-se na área da medicina física e de reabilitação (fisioterapia), com uma ultra-sonoterapia a ser paga aos privados por um valor cinco vezes inferior ao praticado no público.

O sector aguarda há vários anos por uma revisão do regime de convenções. O Governo apresentou um anteprojecto nos primeiros meses deste ano, mas após muitas críticas expressas pelo sector convencionado e num parecer da Entidade Reguladora da Saúde, aguarda-se a apresentação de uma nova proposta, que deveria ter sido apresentada no Verão. Os prestadores privados queixam-se da ideia de instituir o concurso público como a regra preponderante, "quando tal é contrário a uma directiva comunitária que exclui a saúde da contratação pública". As multinacionais poderiam secar o mercado, sustentam.]